

Funaro ameaça endurecer com bancos credores

Ministro diz no Senado americano que para pagar a dívida os juros terão que diminuir

"Se a dívida é para ser paga, o custo de seu serviço terá de ser muito menor nos anos vindouros". Este alerta está contido no duro discurso que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pronunciou, ontem, em Nova Iorque, no seminário internacional, promovido pela Comissão Bradley, voltado para a discussão da dívida externa dos países devedores e busca de possíveis soluções para superá-la e fortalecer o comércio internacional.

- Funaro que defendeu o acesso do país ao mercado para obter dinheiro novo — declarou ser preciso, claramente, "procurar novos caminhos para sairmos da presente crise de comércio e de pagamentos". O modelo de ajuste imposto até recentemente aos países devedores, destacou, foi concebido para garantir o serviço da dívida fosse qual fosse o custo para as economias dos países devedores — "esse modelo levaria à recessão, a compressão das importações, à aceleração inflacionária e ao empobrecimento da população, provocando intransqüilidade política e social".

Tais características, segundo Dilson Funaro, levaram os países devedores a abandonar o modelo recessivo em favor de um modelo de crescimento econômico. Além da perda de renda real nos países devedores, a recessão causava uma perda de sua competitividade, na medida em que barreiras às importações e a falta de investimentos impediam as empresas industriais de adquirir tecnologia e novos equipamentos.

Para Funaro, o crescimento econômico nos países devedores continua a ser a única solução para a crise do comércio e da dívida. Esse ponto de vista é aceito amplamente, mas, ressaltou, parece haver alguma reticência na aceitação de suas consequências lógicas. O ministro insistiu que para que os países devedores cresçam devem aumentar seus níveis de investimentos, não podem continuar a utilizar seus superávits comerciais exclusivamente no pagamento de suas dívidas. Esses superávits, disse, devem ser reduzidos, para que sejam liberados recursos destinados aos investimentos e permitam aumento nas importações de equipamentos e tecnologia indispensáveis à sustentação do crescimento.

O ministro citou Sarney: "teremos que passar a pagar menos por algum tempo, para podermos importar mais" (discurso no Congresso norte-americano em setembro). Mais importações por parte dos países devedores, lembrou, significa maiores exportações por parte de seus principais parceiros comerciais. Os bancos internacionais veriam uma recuperação de seus créditos e haveria expansão generalizada do emprego, da renda e do comércio.

"O que estamos debatendo não é meramente a adesão aos modelos de ajuste econômico ou a simples observância de regras contábeis ou prática de guardalivros. Estamos tratando é da própria preservação do sistema político. No Brasil, estamos empenhados na defesa de nosso sistema político e de nossa recém-restabelecida democracia. Não podemos nos dar ao luxo de esperar que haja uma completa e generalizada consciência do que está em jogo", alertou o ministro.

Todas as partes envolvidas no processo de negociação devem, alertou, assumir suas responsabilidades — "também temos nossos aconchegantes. Eles são os 135 milhões de brasileiros. Nossa compromisso fundamental é com os 70 milhões deles que foram às urnas menos de um mês atrás. Eles votaram em favor das reformas que lhes haviam sido prometidas. Estamos politicamente e moralmente submetidos a nosso programa voltado ao atendimento dos mais pobres. Não podemos continuar a drenar de nossa economia os recursos necessários para financiar os investimentos que elevarão a vida do nosso povo. É necessário que haja contrapartida para nossos esforços".

Exemplificando o esforço feito pelo país para transferir recursos líquidos ao exterior, Funaro destacou que 24 por cento da poupança, bruta foi mandada para o exterior. O Governo, disse, está decidido a diminuir essa percentagem — "já adotou a estratégia de bombear para fora, apenas para garantir o pagamento de juros, superávits comerciais sem precedentes nas economias em desenvolvimento. Não se pode mais admitir que países devedores em desenvolvimento sejam exportadores líquidos de capital, nos níveis espantosos que vem sendo registrados".



No Recife, Conable (centro) visitou favelas com o governador Krause (de branco)